

Quarta-feira

Teresina, 3 de junho de 2015



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

 **WhatsApp**  
(86) 8121-9514

Não esqueça de se identificar.

## Curtas

**O prefeito de Picos, Kleber Eulálio, tomará posse no Tribunal de Contas do Estado no dia 15 de junho. Ele escapou de uma situação extremamente difícil.**

Segundo diz, a situação das prefeituras de todo o país é de completa inviabilidade por conta da queda de repasses e aumento das responsabilidades. Por mais que se queira realizar, "é impossível fazer".

LÍDER EM CREDIBILIDADE

# O DIA

## Agespisa

# Deputada solicita prestação de contas

**João Magalhães**  
Repórter

A Assembleia Legislativa aprovou ontem (02) no pequeno expediente um requerimento da deputada Juliana Moraes Souza (PMDB) solicitando a prestação de contas da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí – Agespisa - no período em que o atual secretário de Governo, Merlong Solano (PT), ocupou a presidência do

órgão. Ela alegou que ter conhecimento sobre as informações faz parte das atribuições constitucionais e legais inerentes ao cargo de deputada.

A ODIA, Merlong Solano comentou o pedido. "É tranquilo. Se ela fazer uma análise séria dos dados vai perceber que quando cheguei na empresa a Agespisa tinha 86% de déficit da arrecadação, e com o nosso trabalho diminuímos o déficit para 26%.

Além disso, todos os dados mostram que a empresa melhorou os indicadores operacionais e financeiros. Sem falar nas despesas de energia elétrica que foram negociadas", explicou Solano. Ele acrescentou ainda que sua gestão na Agespisa é tida por todos como uma grande contribuição à administração pública.

A deputada Juliana Moraes Souza ressaltou que a solicitação coa-

duna com os interesses da Comissão de Administração Pública e Política Social, na qual ocupa o cargo de presidente. A parlamentar também apresentou requerimento solicitando a Secretaria Estadual de Administração e TCE informações do último mandato do governador Wellington Dias (PT), compreendido entre 2009 a 2010, acerca das despesas com aviação e com a residência oficial.

Teresina

# Câmara aprova urgência na votação de reajuste

Vereadores rejeitaram pedido para que fosse realizada audiência pública sobre o assunto

**Sarah Fontenele**  
Especial para Política

**Robert Pedrosa**  
Editor

Com a casa cheia e movimentada de centenas de servidores municipais em greve, os vereadores da Câmara Municipal de Teresina aprovam regime de urgência para aprovação do projeto de reajuste salarial enviado pelo Prefeito Firmino Filho. A oposição reagiu contra a pressa do prefeito e procurou ainda aprovar uma audiência pública para estabelecer o diálogo. No entanto, não houve sucesso.

O vereador Edilberto Borges, Dudu (PT), que desde a semana passada colhia assinaturas para realizar audiência admite estar surpreso por conta dos vereadores da casa terem retrocedido na proposta. "Só tenho a lamentar esta postura porque esta era uma forma de buscar estabelecer o diálogo, pois os servidores estão questionando este projeto, pois há um nivelamento por



Dudu lamentou colegas não aceitarem a discussão

baixo. Tem certas categorias da saúde que nivela 40h e o servidor receberá como se trabalhasse 20h. É preciso questionar este projeto enviado pelo prefeito Firmino Filho", diz Dudu.

O líder do Prefeitura na Casa, vereador José Ferreira (PSD), afirmou que o prefeito seguiu todos os trâmites legais para o envio da proposta. E quanto à proposta de audiência afirmou que "o requerimento é importante, mas o momento é inoportuno", disse. Para Ferreira, a proposta de reajuste de 7% é a realidade finan-

ceira da Prefeitura. Pelo projeto, nenhum servidor vai ganhar menos que R\$ 1 mil por mês. O reajuste é de 7% e as categorias básicas terão reajuste que chega até a 25%.

Já Dudu afirma que não transparência nas contas da Prefeitura no que diz respeito ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo ele, o fato do projeto ser votado em regime de urgência, o que dá em torno de 30 dias para ser sancionado, decorre do fato de que o prefeito tem uma base muito forte. "Isto demonstra o quanto

a base aliada do Governo é forte e aceita todo tipo de imposição", diz.

Para a presidente do Sindicato dos Servidores Municipais (Sindserm), Letícia Campos, a proposta apresentada pelo projeto exclui cerca de 9 mil servidores, uma vez que os mesmos não terão qualquer reajuste. "Gostaríamos de ter uma audiência para dialogar, mas os vereadores não aceitaram. Entendemos isto como uma tentativa de desmobilizar a categoria, mas conseguiu o inverso, pois aprovamos por unanimidade a continuidade da greve", afirmou.

A reivindicação do sindicato é de que se supere a defasagem de 55% que ocorre desde 1996. Segundo Letícia, com uma olhada mais detalhada no projeto é possível perceber que a situação de muitos servidores não irá mudar. "Então esse reajuste não corrige um ponto do estatuto que está sendo ferido, que é de que nenhum servidor receba menos de um salário mínimo", conclui.



Há suspeitas de irregularidade - 03/08/2015 às 07h13

## TCE autoriza investigação de processo licitatório na cidade de Jacobina do PI

Curtir 0

Tweet 0

+1 0

Compartilhar



**Líder Feliz**  
Renato Grinberg

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) julgou precedente o pedido para a realização de inspeção na prefeitura municipal de Jacobina do Piauí.



Segundo decisão no [processo](#) TC/007907/2014 referente ao exercício de 2014, haverá o acompanhamento concomitante de processos licitatórios na prefeitura, que estariam sendo feitos de forma irregular.

O TCE-PI decidiu ainda pelo "apensamento à prestação de contas do exercício de 2014; determinar a observância das recomendações feitas pela DALC (fls. 16

e 17 da

[pasta](#) nº 18); notificação do Prefeito Municipal para que em 30 dias comprove a regularidade da situação do servidor em acumulação de cargos".

O relator do processo foi o Conselheiro Jackson Veras. A defesa foi feita pelo advogado Francisco Teixeira Leal Júnior.

Publicado Por: Daniel Silva

## Oposição quer dados da Agespisa na gestão de Merlong Solano

Juliana Moraes Souza também apresentou requerimento solicitando informações do último mandato do governador Wellington Dias (PT)

Repórter: Lídia Brito

02/06/2015 15h40 - Atualizado em 02/06/2015 15h41



A oposição afirma que deu fim a "trégua" dada ao governador, Wellington Dias (PT). Na manhã desta terça-feira (02/06), a deputada Juliana Moraes Sousa (PMDB), esposa do ex-governador Zé Filho (PMDB), apresentou requerimento solicitando prestação de contas da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí – AGESPISA, do exercício 2009/2010.



Foto: Ascom/Alepi

Os dados solicitados pela parlamentar se referem ao período em que Merlong Solano (PT) ocupou a presidência da Companhia. A peemedebista também pediu as mesmas informações ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) acerca da prestação de contas.

De acordo com Juliano, a solicitação coaduna com os interesses da Comissão de Administração Pública e Política Social, na qual ocupa o cargo de Presidente. "Ter conhecimento sobre essas informações também faz parte das

atribuições constitucionais e legais inerentes ao cargo de deputada, na condição de representante do povo e fiscal da sociedade", ressaltou.

Juliana Moraes Souza também apresentou requerimento solicitando a Secretaria Estadual de Administração e TCE informações do último mandato do governador Wellington Dias (PT), compreendendo entre 2009 a 2010, acerca das despesas com aviação e com a residência oficial.

## Deputada solicita informações sobre despesas da Agespisa

02/06/2015 • 16:00

Notícia



### Da Redação do Portal AZ

Os deputados aprovaram nesta terça-feira (2) o requerimento da deputada Juliana Moraes Souza (PMDB) solicitando prestação de contas da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí – AGESPISA, do exercício 2009/2010, período em que Merlong Solano (PT) ocupou a presidência da Companhia.



A parlamentar também pede informações ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) acerca da prestação e ressalta que a solicitação coaduna com os interesses da Comissão de Administração Pública e Política Social, na qual ocupa o cargo de Presidente.

“Ter conhecimento sobre essas informações também faz parte das atribuições constitucionais e legais inerentes ao cargo de deputada, na condição de representante do povo e fiscal da sociedade”, ressaltou.

Juliana Moraes Souza também apresentou requerimento solicitando a Secretaria Estadual de Administração e TCE informações do último mandato do governador Wellington Dias (PT), compreendido entre 2009 a 2010, acerca das despesas com aviação e com a residência oficial.